



Brasil



PAULO JARES

Naya desmoronou

Deputado é expulso do partido, fica proibido de exercer a engenharia e tudo indica que será cassado

Leonel Rocha e Roberta Paixão

Construtor do edifício Palace II, que desabou no Rio de Janeiro, Sérgio Naya começou a esfregar numa velocidade impressionante. Na quarta-feira passada seu partido, o PPB, fez uma reunião e o expulsou sumariamente, sem ouvi-lo nem lhe dar qualquer chance de defesa. Depois de formalizar a ordem, o ex-prefeito Paulo Maluf comentou sem o menor

constrangimento: "Aqui, nós expulsamos. Se fosse em Cuba, fuzilavam e acabavam logo com essa história". Sem uma legenda, ainda que não fosse cassado, o deputado ficaria impedido de se candidatar nas próximas eleições. O presidente da Câmara, Michel Temer, mandou abrir um processo de cassação em rito sumário, sem instaurar a tradicional sindicância conduzida pelo corregedor da Casa. O relator do processo na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Marconi Perillo (PSDB-

GO), fez questão de declarar: "Se o regimento permitisse, recomendaria a cassação em uma semana". Além do processo político acelerado, Naya recebeu duas penas acessórias. A Receita Federal anunciou uma multa de 15 milhões de reais contra sua construtora, a Sersan, por sonegação fiscal. E o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Crea, do Rio de Janeiro, proibiu-o de exercer a profissão. "Sou um homem morto, politicamente, profissionalmente e moral-

O custo do seguro

O desabamento do Palace II chamou a atenção das pessoas para o seguro residencial, uma proteção pouco utilizada no Brasil. De cada dez apólices vendidas no país, apenas duas se destinam à proteção de casa ou apartamento. Ao contrário do que se pode imaginar, segurar um imóvel não sai caro. Como o risco de um

desastre é menor do que, por exemplo, ter um carro roubado ou batido, os valores cobrados são acessíveis. As estatísticas das seguradoras mostram que cinco em cada 100 carros são roubados, batem no trânsito ou atropelam alguém. Os riscos de incêndio, desabamento ou alagamento de uma residência são de cinco em 10 000.

Um seguro residencial básico, que cobre incêndio, roubo e explosão provocada por botijão de gás, custa em média 0,35% do valor do imóvel. O seguro de um apartamento de três quartos, avaliado em 120 000 reais, custaria 420 reais por ano. A apólice de um Gol ou de um Uno custa o dobro. As seguradoras oferecem ainda cobertura contra desabamento, enchente e

até queda de avião. Quem está comprando apartamento na planta também pode proteger-se contra falência e concordata das construtoras, como a Encol, que quebrou e deixou 42 000 famílias na mão. Este seguro, que custa 1,5% do valor do imóvel, garante que se a construtora fechar a seguradora entrega um apartamento igual ou a importância em dinheiro.



FOTOS RICARDO STUCKERT

mente”, lamentou Naya. Paulo César Farias passou pela experiência de inimigo público número 1. Mas nem ele transformou-se tão rapidamente num alvo tão malhado pela indignação pública. E isso antes que se tenha concluído qualquer investigação sobre as coisas de que é acusado.

Até a semana passada, as pesquisas da polícia e dos técnicos indicavam que a Sersan seria, de fato, a mais provável culpada pelo desabamento do edifício Palace II, que matou oito pessoas na madrugada de domingo de Carnaval. Peritos verificaram que o concreto do prédio era fraco, possivelmente feito com areia da praia, e possuía muitas bolhas de ar (*veja quadro nesta pág.*). Foi revelado também que dois operários morreram em acidentes de trabalho, em 1991 e 1996, durante a construção do prédio. Segundo o coordenador da câmara de engenharia civil do Crea, José Schipper, isso pode ser “um indício de que a obra não contava com o monitoramento constante do engenheiro responsável”. A prefeitura do Rio divulgou que, em 1986, a Sersan havia usado um documento de habite-se falsificado para liberar o edifício Rosa da Barra — no qual também foram detectadas rachaduras e irregularidades.

Bravatas no ar — Foi o desabamento do Palace II que deu partida a esse processo de esfrelamento do deputado, mas a Câmara ainda precisaria de uma evidência de falta de decoro parlamentar para cassá-lo. Essa peça que faltava surgiria na noite de domingo. O programa *Fantástico*, da Rede Globo, levou ao ar uma

Fernando Henrique com as famílias, as ruínas do Palace II e Naya: “Sou um homem morto”

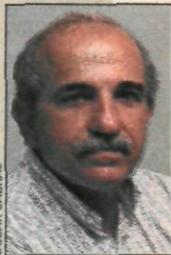
fito de vídeo na qual o deputado contava placidamente a vereadores de Três Pontas, no interior de Minas, que não hesitava em fazer maracutaias para levar vantagem. Na fita, gravada por um cinegrafista amador, Naya se vangloriava de usar material de segunda em construções e de ter falsificado a assinatura de um governador para conseguir verbas. Também deu a entender que fez contrabando de equipamento hospitalar. Depois que a fita foi exibida, Naya defendeu-se dizendo que na ocasião estava muito cansado e havia tomado “alguns uísques”. “Falei aquilo num momento de bravata”, disse o deputado. Ninguém acreditou nesse desmentido grosseco. O estrago foi tanto que o deputado José Maurício (PDT-RJ) propôs a suspensão do mandato de Naya por decreto legislativo, sem nenhum tipo de julgamento. Os colegas de Naya no PPB não foram mais compreensivos. O deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) havia enviado um telegrama de apoio depois do acidente com o edifício Palace II e sentiu-se obrigado a voltar atrás. “Quero pedir desculpas ao povo brasileiro. Esse deputado merece a cassação”, proclamou na TV. O presidente Fernando Henrique Cardoso também pediu a cassação de Naya. E o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentou-se para dizer que a Câmara tinha de ser “rápida e vigorosa” na punição ao deputado. Desde 1990, o Congresso recebeu 79 pedidos de licença para processar deputados, por crimes que vão de estelionato até seqüestro. Em todo esse período, nenhum deles foi concedido. Já entre os deputados que foram cassados por iniciativa da própria Câmara o número é relativamente alto. Doze perderam o mandato nos últimos sete anos. Se Naya for cassado, será o 13º desde 1990, numa contabilidade que inclui seis dos envolvidos na CPI do Orçamento.

Entre as famílias das vítimas, algumas ainda estão hospedadas em hotéis pagos pela Sersan, outras começam a refazer a vida com a ajuda de amigos. Na quarta-feira, uma comissão de moradores encontrou-se com o presidente Fer-

A avaliação dos especialistas

“Concreto só se rompe se não tem condição para agüentar a pressão da laje. O do Palace II é muito poroso, parece que a mistura levou água demais. E tem sinais de cloreto, indicando que pode ter sido usada areia do mar.”

MOACYR CARVALHO FILHO,
professor e perito da prefeitura
no caso Palace II



OSCAR CABRAL

“Uma estrutura corretamente construída agüenta mais que o dobro do peso do prédio. Pelo tipo de ruptura nos pilares, tudo indica que o material tinha problemas.”

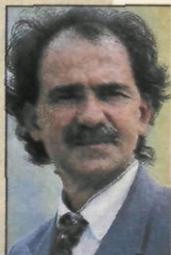
FERNANDO UCHÔA,
professor de análise de estruturas na UFRJ



FOTOS PAULO JAMES

“Não há indícios visíveis de problemas na fundação. Precisamos do laudo para ter certeza, mas, pelo modo como o concreto se esfarela, parece de baixa qualidade.”

AGOSTINHO GUERREIRO,
presidente do Clube de Engenheiros
do Rio de Janeiro



“A obra do Palace II parou várias vezes e não havia controle de qualidade. No processo, o material pode ter-se estragado. Ou o concreto pode ter sido malfeito mesmo.”

JOSÉ SCHIPPER,
coordenador da câmara
de engenharia civil
do Crea - RJ



nando Henrique e os presidentes do Senado e da Câmara. Aos três, a comissão mostrou pedaços do concreto usado na obra do edifício que desabou. O porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, anunciou que o governo deverá abrir uma linha de crédito para ajudar as vítimas. Como o governo fez o anúncio de maneira precipitada, apenas para ter algo a dizer aos moradores, até a sexta-feira a equipe econômica não sabia como repassar o dinheiro. Até porque a notícia de que os moradores do Palace II poderiam receber algum dinheiro do governo deixou muita gente atenta à nova possibilidade. Alguns jornais chegaram a estampar na manchete que outros desabrigados querem receber tratamento semelhante. No caso específico do empréstimo, o governo diz que a conta será repassada à Sersan. Os advogados do empresário se apressaram em anunciar que pretendem fechar, em seis meses, todos os acordos de indenização.

Enquanto isso, os moradores do Palace I, que também está com as estruturas abaladas, aguardavam o exame dos peritos para saber quando poderão voltar ao prédio, e que tipo de obras serão necessárias para que ele volte a ser habitável. Nos edifícios vizinhos, boa parte dos moradores decidiu mudar temporariamente, por precaução. Na sexta-feira os peritos que analisam os restos do Palace II depararam com mais um indício de que a queda do prédio pode ter sido causada por negligência da Sersan. Segundo o perito Hugo Montei-

ro, do Instituto Carlos Éboli, os pilares do edifício possuíam grandes bolhas de ar, causadas por uma mistura malfeita do concreto. Os “pilares ocos”, como são chamados no jargão de engenharia, são mais frágeis do que o necessário para sustentar a estrutura, e as bolhas de ar permitem que o aço dos vergalhões se oxide com mais facilidade. ■



**Palace I:
concreto
abalado**

Com reportagem de Daniela Pinheiro e Vladimir Netto, de Brasília